

Plano de direitos humanos sai hoje

■ Negros terão vagas reservadas no mercado de trabalho e nas escolas. Casos como o da Candelária vão para Justiça Federal

JAILTON DE CARVALHO

BRASÍLIA — O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que o presidente Fernando Henrique Cardoso lança hoje, no Palácio do Planalto, abrirá caminho para a implantação de cotas compensatórias para negros nas universidades e no mercado de trabalho. A intenção do governo é respaldar as decisões do Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação — formado por representantes do governo e da sociedade civil — que está estudando, entre outras medidas, a possibilidade de adotar o sistema de cotas (reserva de determinado número de vagas) para negros em empresas e escolas do país.

Segundo o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, as cotas compensatórias terão como objetivo "diminuir a distância entre brancos e negros". No texto do programa, de 135 páginas, o tema é tratado de forma indireta. O governo promete "apoiar" o grupo de trabalho, garantir o "acesso" de negros às universidades, às áreas de tecnologia de ponta e "estimular" a presença dos diversos grupos étnicos da população brasileira nas propagandas institucionais.

O Plano de Direitos Humanos contém cerca de 200 medidas e prevê o envio ao Congresso de uma proposta de emenda constitucional que transfere para a Justiça Federal o julgamento de todos os crimes que impliquem violação dos direitos humanos. Crimes como a matança de crianças na Candelária ou o massacre dos sem-terra no Pará passariam a ser investigados pela Polícia Federal e julgados por varas da Justiça Federal.

Também com o propósito de combater a impunidade, o governo pedirá urgência para a votação do projeto que transfere da Justiça Militar para a Justiça comum o julgamento dos crimes cometidos por militares. O projeto foi derrotado no Senado, semana passada, com a ajuda dos próprios líderes governistas e volta agora à Câmara. O governo, que fez vista grossa à atuação de seus líderes no Senado, por conveniência política, pretende montar um esquema de pressão pa-

ra assegurar a aprovação do texto original na Câmara.

Neste sentido, o ministro da Justiça, Nélson Jobim, promete acompanhar de perto a votação na Câmara — o que não fez durante as discussões no Senado. O ministro deseja ainda que bancadas da esquerda e as organizações não-governamentais que defendem a proposta formulada pelo deputado Hélio Bicudo (PT-SP) também manifestem apoio público ao projeto durante as votações. O presidente Fernando Henrique pedirá ainda urgência para a votação do projeto que tipifica o crime de tortura e do novo Código Nacional do Trânsito. Embora proíba, a Constituição não esclarece, em detalhes, o que é o crime de tortura.

O governo decidiu incluir o Código Nacional do Trânsito entre suas prioridades devido ao grande número de mortes no trânsito. O Brasil é um dos países recordistas em acidentes de trânsito. O Plano de Direitos Humanos prevê ainda uma série de medidas para proteção dos direitos fundamentais dos índios, das mulheres, das crianças, dos presidiários e dos refugiados políticos. São propostas de curto e longo prazos que, em boa parte, antes de serem colocadas em prática precisam passar primeiro pelo Congresso.

Para divulgar as noções de direitos humanos e garantias individuais, o governo incluiu, no plano a criação do serviço civil obrigatório. O serviço será prestado por jovens dispensados do serviço militar. Pelas estatísticas oficiais, apenas 20% dos jovens que se alistam aos 18 anos são convocados para o serviço militar. Agora, o governo quer aproveitar o contingente restante, ou seja, 80% dos alistados, para desenvolver trabalhos de orientação à população.

O presidente Fernando Henrique Cardoso revelou sua decisão de criar um Programa Nacional de Direitos Humanos, em 7 de setembro do ano passado. "A luta pela liberdade e pela democracia tem um nome específico: chama-se direitos humanos", declarou, na época, em discurso no Palácio da Alvorada.